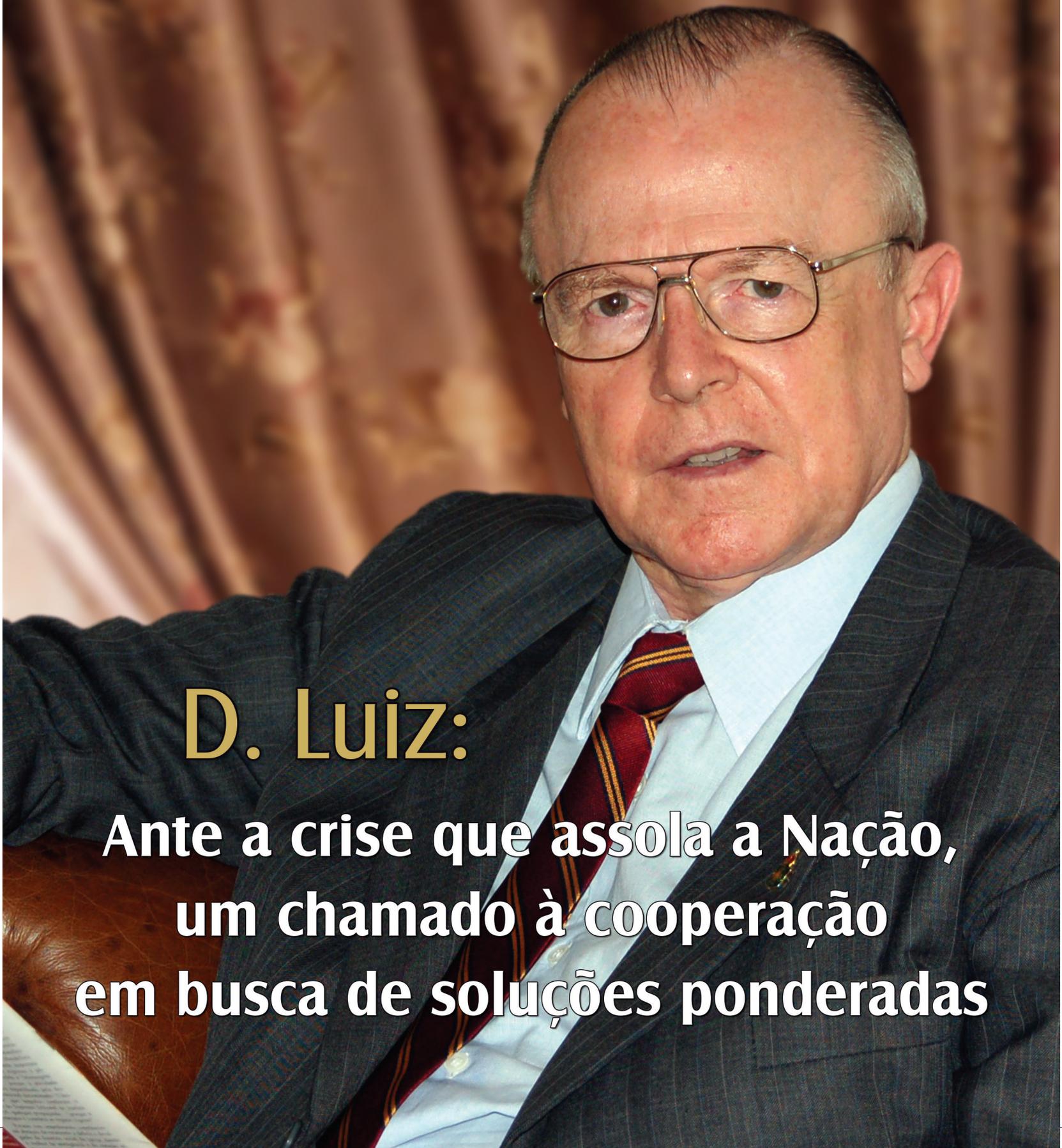




HERDEIROS DO PORVIR

Ano XXIV – Nº 49
Abril/Maio/Junho 2017
Distribuição gratuita



D. Luiz:

**Ante a crise que assola a Nação,
um chamado à cooperação
em busca de soluções ponderadas**

Família Imperial: Ante a crise que angustia a nação, um chamado à cooperação em busca de soluções ponderadas

O Chefe da Casa Imperial do Brasil, D. Luiz de Orleans e Bragança, em vista do agravamento da crise política provocada agora por denúncias contra o Presidente da República, emitiu a seguinte mensagem com larga repercussão na imprensa e nas redes sociais.

Nos últimos dias o Brasil entrou numa das etapas mais agudas da crise que o assola gravemente. É uma profunda crise moral, de valores, ideológica, com dramáticos reflexos institucionais e até econômicos.

Não escapa a um observador atento da realidade que uma série de movimentações, propostas e artimanhas oportunistas tentam semear o clima de desconcerto e de caos nesse cenário, alimentando soluções mágicas e imediatistas de salvadores da Pátria, bem ao estilo do republicanismo vigente.

As convulsões provocadas por políticos, altamente desmoralizados, distantes dos anseios e esperanças das faixas mais sadias de nossa população, tornam muito difícil um caminhar confiante do País rumo a um futuro de paz social, de prosperidade, de grandeza e de Fé, que a grande maioria almeja.

É alentador perceber que, uma vez mais, a perspicácia de nossa gente tem levado o País a desconfiar de tais movimentações e a permanecer distante das manobras com que os fautores do caos parecem querer envolvê-lo.

Neste momento crítico é compreensível e natural que muitos olhares se voltem para a Família Imperial, que, desde o golpe republicano de 1889, sem qualquer ressentimento pelo passado, tem mantido sua postura de serviço à Pátria, dentro da mais estrita legalidade, cônica de seu alto papel social.

O momento, carregado de muitas incertezas, exige antes de tudo grande vigilância e argúcia, a fim de não permitir que comoções momentâneas conduzam a Nação para choques que só interessam aos que buscam semear a discórdia e retalhar o Brasil, inclusive em seu território.

Através de inimagináveis esquemas de corrupção, o Brasil tem sido vítima de um projeto de dominação socialista do Estado, de destruição e aviltamento das instituições, de adulteração completa dos mecanismos de representatividade do chamado regime democrático, e de financiamento do socialismo do século XXI por toda a América Latina. A instituição da família tem



sido triturada, a economia sufocada, com um cerceamento da propriedade privada e da livre iniciativa e nossos valores cristãos espezinhados em todos os campos.

Contra todas as expectativas, e numa demonstração de sã reação, milhões de brasileiros fizeram sentir, de Norte a Sul do Brasil, num clima de serenidade e de paz, que querem seu País de volta e que sua bandeira jamais será vermelha. Muitos, inclusive, proclamaram sua convicção de que um retorno às benéficas, equilibradas e moralizadas instituições da Monarquia seria o caminho de resgate da grandeza Pátria.

No presente momento, acentua-se o divórcio desse Brasil profundo que trabalha e vive em harmonia, com políticos que em acertos espúrios pretendem encaminhar o País para as vias do autoritarismo, da discórdia e miséria socialista, como bem podemos penalizados observar na nossa vizinha e irmã Venezuela.

Torna-se necessário, pois, encontrar soluções sábias que congreguem de modo consensual os diversos setores da sociedade. A Família Imperial, juntamente com a crescente corrente monárquica espalhada pelo Brasil, está disposta a cooperar na busca das soluções ponderadas que sejam uma saída para a crise que angustia aos brasileiros, na certeza de que não faltará ao Brasil, uma vez mais, a proteção de sua Padroeira, Nossa Senhora Aparecida, a quem, por ocasião da Independência, Dom Pedro I consagrou esta Nação.

São Paulo, 23 de maio de 2017

D. Luiz de Orleans e Bragança,
Chefe da Casa Imperial do Brasil

* * *

Tão logo postado o documento no Facebook da Pró Monarquia, centenas de mensagens de apoio foram enviadas, a maioria no seguinte teor: “Fiquei profundamente emocionada com esta declaração, me enche o peito de alegria que o meu amado Brasil está perto de voltar às suas raízes”; ou “Que a Terra de Santa Cruz volte à glória do Império”; ou ainda “Ah como eu gostaria que este pronunciamento fosse feito em rede nacional”. Poucos dias antes, outra publicação na mesma rede, ilustrada com foto dos herdeiros ao trono, alcançava quase um milhão de visualizações. Constava nela, resumidamente: “Família Imperial do Brasil: nunca foram citados, nunca foram denunciados, não fizeram caixa dois. A única com moral para dar novo rumo ao país”.

HERDEIROS DO PORVIR

Publicação da Pró Monarquia,
entidade civil sem fins lucrativos.

Rua Itápolis, 873 – CEP 01245-000 – São Paulo – SP

Tel./Fax: (11) 3822-4764

www.monarquia.org.br – e-mail: herdeirosdoporvir@monarquia.org.br

Diretor Responsável: Osvaldo Rocco

Jornalista Responsável: Yone P. Caldeira (MTB 17354)

Redator Chefe: Geraldo Hêlson Winter

Diagramação: Luis Guillermo Arroyave

Impressão: Grafflar – Gráfica e Editora do Lar Anália Franco



D. Bertrand de Orleans e Bragança

No dia 2 de fevereiro comemorou-se com jantar, no restaurante paulistano La Casserole, o 76.º aniversário do Príncipe Imperial D.



Bertrand de Orleans e Bragança, reunindo dezenas de monarquistas e amigos do homenageado, como o Padre Renato Leite; os príncipes D. Rafael, D. Gabriel e D. Luiz Philippe, sobrinhos do aniversariante; o Conde Stefan von Galen; o ex-ministro do STM Flávio Flores da Cunha Bierrenbach; o Desembargador José Antonio

de Paula Santos Neto; o presidente do Instituto Plínio Corrêa de Oliveira (IPCO), Adolpho Lindenberg; o Presidente da Fédération Pro Europa Christiana, Caio Vidigal Xavier da Silveira; o Presidente da Associação dos Antigos Alunos da Faculdade de Direito de São Paulo, José Carlos Madia de Souza; o Diretor da Embrapa, Evaristo Eduardo de Miranda; entre outras personalidades.

Príncipes, princesas e muitos monarquistas, empunhando a bandeira do Império, se uniram a milhares brasileiros no dia 26 de março para protestar contra a generalizada corrupção das instituições nacionais e por melhorias das condições de vida dos brasileiros. Na Av. Paulista, em São Paulo, D. Bertrand e seu sobrinho D. Luiz Philippe discursaram em cima de carros de som, concederam entrevistas e posaram para fotos. Já na Praia de Copacabana, no Rio, estiveram presentes o casal D. Alberto e D. Maritza acompanhados dos filhos D. Pedro Alberto, D. Antonio Alberto e D. Ana Thereza, todos representando o Movimento Brasil Real.

Ainda em Santa Catarina, D. Bertrand visitou em 14 de março as cidades que formam a região denominada Vale do Braço do Norte, composta por Lauro Müller, Orleans e São Ludgero. Em todas foi recebido por prefeitos, autoridades municipais e considerável público. A programação foi organizada pelo Instituto Histórico e Geográfico das Terras dos Condes Encostas da Serra Geral. Nas várias recepções e sessões solenes foram destacados os fortes laços da região com nossa Família Imperial. Como se sabe, aquelas terras fizeram parte do dote de casamento da Princesa Isabel. Em 1884 o Conde d'Eu visitou o núcleo urbano inicial, posteriormente denominado Orleans, perenizando a lembrança de sua ascendência real francesa.

D. Antônio de Orleans e Bragança

Por iniciativa do Círculo Monárquico do Rio de Janeiro foram prestadas, no dia 13 de maio, 129.º aniversário da Abolição da Escravatura, homenagens à Princesa Isabel. Representou a Casa Imperial o Príncipe D. Antonio



de Orleans e Bragança, bisneto da Redentora. Constatou do ato a deposição de flores junto à estátua da Princesa, localizada na Av. Princesa Isabel, em Copacabana. Em seguida foi celebrada Missa em Ação de Graças na Igreja da Imperial Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, no centro da cidade. Jovens e antigos monarquistas participaram dos eventos.

Nos dias 9, 10 e 11 de março D. Bertrand esteve em Santa Catarina participando das concorridas comemorações do Sesquicentenário da Fundação da Colônia Imperial Príncipe D. Pedro, constituída hoje pelas cidades de Botuverá, Brusque, Guabiruba, Nova Trento, São João Batista e Vidal Ramos. Recepcionou o Príncipe no Aeroporto de Navegantes, e o acompanhou em todo o périplo, o Prof. Paulo Vandellino Kons, Coordenador do Ciclo Brusquense de Conferências Magnas Temáticas. Da extensa programação constaram sobrevoos de helicóptero na região, inauguração do Marco do Sesquicentenário em Brusque, conferências, atos religiosos com apresentação de músicas sacras, sessões solenes em câmaras municipais, homenagens aos colonos que deram origem à colônia etc. Acompanhou também D. Bertrand o Dr. Gilberto Callado de Oliveira, Corregedor de Justiça de Santa Catarina e Presidente do Círculo Monárquico Nossa Senhora do Desterro.

No dia 20 de março D. Bertrand cumpriu extensa agenda na cidade de São Vicente (SP), considerado o primeiro município brasileiro, sendo recepcionado na Prefeitura com o Hino da Independência, executado pela banda municipal. Em seguida foi recebido pelo Prefeito Pedro Gouvêa e esposa, pelo Secretário Municipal de Cultura, Fábio Lopes, pelo Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Vicente, Paulo Eduardo Costa, entre outros. Por ocasião dessas homenagens ao Príncipe, lembrou-se que esta era a primeira visita oficial de um membro da Família Imperial depois da Princesa Isabel, em 1886. Em seguida, D. Bertrand concedeu entrevista para a imprensa e o Prefeito Municipal apresentou pinturas históricas que retratam a fundação da cidade. Ato contínuo, todos se dirigiram para a sede do Instituto Histórico e Geográfico de São Vicente, onde se comemorou o 52º aniversário da promulgação da lei que elevou a cidade à categoria de Cidade Monumento da História Pátria e Célula Mater da Nacionalidade. Em seguida, em uma palestra para mais de duas centenas de pessoas, o Príncipe discorreu sobre o tema "O Brasil: passado glorioso e futuro promissor". Fechando a noite, D. Bertrand foi presenteado com obras de artistas locais, seguido de concorrido coquetel.

Na manhã do dia 28 de abril, D. Bertrand foi entrevistado ao vivo, por cerca de 40 minutos, pelo jornalista José Luiz Datena, no programa "90 Minutos", da Rádio Bandeirantes de São Paulo. Repercussões continuaram mesmo após a entrevista, com vários ouvintes se manifestando favoráveis à Monarquia. O próprio apresentador, em determinado momento, perguntava-se se a Monarquia Constitucional Parlamentar não seria uma boa saída para a generalizada corrupção de nossas instituições.

D. Rafael de Orleans e Bragança

Em vídeo publicado na página do Facebook da Pró Monarquia, o Príncipe D. Rafael de Orleans e Bragança agradeceu aos monarquistas pelas 50 mil "curtidas" alcançadas no dia 29 de março. Segue a mensagem de

D. Rafael: "Caros amigos. Recentemente chegamos às expressivas 50 mil curtidas na página da Pró Monarquia. E é com muita alegria que vejo a população brasileira reconhecendo nosso trabalho. Temos atuado sempre em defesa do povo brasileiro, agindo como bastião de defesa dos valores e dos bons costumes da nossa sociedade. E isso tem chamado a atenção de diversos grupos. De qualquer forma, ainda temos um longo caminho pela frente, pois 200 milhões de brasileiros ainda precisam conhecer melhor o nosso ideal. Encorajo a todos a seguir trabalhando sempre com a agenda do Brasil acima de qualquer coisa. Um abraço".



Cartas inéditas da Princesa Isabel

ARMANDO ALEXANDRE DOS SANTOS

Duas cartas escritas pela Princesa Isabel em 1908, ambas relativas ao casamento de seu segundo filho, D. Luiz de Orleans e Bragança (1878-1920), são agora divulgadas, em primeira mão, por **Herdeiros do Porvir**.

A primeira delas, escrita em português, participa ao Rei D. Manoel II, de Portugal (1889-1932), a renúncia que o primogênito da Princesa, D. Pedro de Alcântara (1875-1945) fizera de seus direitos hipotéticos ao trono do Brasil, e a consequente ascensão do secundogênito à condição de herdeiro imediato da Princesa. D. Manoel, último Rei de Portugal, subira ao trono poucos meses antes, em circunstâncias trágicas, após o assassinio de seu pai, o Rei D. Carlos, e de seu irmão primogênito, o Príncipe Real D. Luís Filipe, no famoso atentado do Terreiro do Paço, ocorrido em 1-2-1908. Manteve sempre relações muito próximas com a Princesa Isabel e com seus parentes brasileiros. Destronado pela revolução republicana de 1910, seguiu para o exílio, na Inglaterra, onde se casou com a Princesa Vitória Augusta de Hohenzollern-Sigmaringen. Faleceu em 1932, sem deixar filhos. Com sua morte, extinguiu-se o ramo liberal da Casa Real Portuguesa, que descendia de D. Maria II e havia perdido, assim como os Bragança do Brasil, a varonia de Bragança. O ramo miguelista da Casa de Bragança, descendente do Rei D. Miguel I – ramo esse que conservara a varonia bragantina – foi, então, reconhecido pela totalidade dos monarquistas lusos como único herdeiro das tradições do antigo regime, encerrando-se assim uma questão dinástica que durara um século.

A segunda carta, escrita em francês, foi enviada ao Papa São Pio X, então reinante, participando o noivado de D. Luiz com a Princesa Maria Pia de Bourbon-Sicília (1878-1973) e rogando que o Pontífice abençoasse o casal.

S. Pio X nascera em 1835, numa humilde família do norte da Itália, na região do Vêneto. Seu nome era Giuseppe Sarto. Foi com grande sacrifício que conseguiu estudar e ordenar-se sacerdote. Quando menino, para cursar a escola primária precisava caminhar diariamente 14 quilômetros, e o fazia descalço, para poupar os preciosos sapatinhos que necessitava usar durante as aulas.



Descobertas novas cartas da Princesa Isabel



D. Isabel comunica a D. Manoel II renúncia ao trono de seu primogênito

De grande inteligência e ainda maior piedade, dirigiu-se para o Seminário de Pádua, onde fez seus estudos de Filosofia e Teologia. Ordenado sacerdote em 1858, foi designado para auxiliar do pároco de Tombolo, uma pequena aldeia onde serviu durante nove anos. Foi, depois, pároco de Salzano, uma aldeia um pouco mais importante, durante outros nove anos. Nos nove anos seguintes, foi cônego, reitor do seminário e vigário geral na diocese de Treviso. Nomeado Bispo de Mântua em 1884, lá ficou por mais nove anos, sendo em seguida elevado a Cardeal-Patriarca de Veneza. Estava já nove anos nessa altíssima dignidade quando foi eleito Papa.

A se manter a curiosa coincidência de durar nove anos cada uma das fases de sua brilhante carreira, deveria morrer nove anos depois... Mas isso não ocorreu, pois Deus o conservou no Sumo Pontificado durante onze anos.

Faleceu em 1914, poucos dias após a eclosão da Primeira Guerra Mundial. Já em vida gozava de fama de grande santidade, e lhe eram atribuídos diversos milagres. A Princesa Isabel tinha, por ele, grande veneração. Depois de falecido, multiplicaram-se as graças alcançadas por sua intercessão. Foi beatificado em 1951 e canonizado em 1954.

Em todas as fases de sua vida, sempre foi religioso exemplar. Foi modelo de seminarista, modelo de coadjutor, modelo de pároco, modelo de cônego, modelo de bispo, modelo de cardeal, modelo de Papa. Seu lema, “omnia instaurare in Christo” (tudo restaurar em Cristo), acompanhou-o desde a humil-

de aldeiazinha em que começou a trabalhar até o sólio de São Pedro. O Pontificado de São Pio X, embora tenha transcorrido num período particularmente difícil e conturbado da História da Igreja, deve ser considerado um dos mais fecundos de toda essa História. Especialmente digna de nota foi a veemente condenação do modernismo, considerado pelo Pontífice como “a síntese de todas as heresias”.

Ambas as cartas são manuscritas, do próprio punho da Princesa, com sua letra regular e inconfundível. Serviram como rascunho para as missivas efetivamente enviadas aos respectivos destinatários e, ao mesmo tempo, foram conservadas como documento de arquivo. Estiveram durante décadas no arquivo

da Família Imperial do Brasil. Empréstadas pelo Príncipe D. Pedro Henrique de Orleans e Bragança (1909-1981) ao Prof. Alexandre Eulálio Pimenta da Cunha (1932-1988), foram por engano, depois da morte deste último, incorporados ao acervo doado à Unicamp pelos seus herdeiros. Atualmente estão no CEDAE (Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio), no Instituto de Estudos da Linguagem-IEL, da Unicamp. A segunda das cartas estava classificada erradamente, no catálogo do CEDAE; o funcionário encarregado da classificação não identificou, pelas palavras iniciais “Très-Saint Père”, que o Papa era o destinatário da missiva, e classificou-a como sendo “destinada a pessoa não identificada”. Provavelmente por isso terá passado despercebida por outros pesquisadores que, antes de mim, haviam pesquisado essa documentação.

Passo à transcrição da primeira carta, respeitando a ortografia e a pontuação originais:

“9 de Novembro de 1908, Eu.

“Querido sobrinho

“Os estreitos laços de parentesco e a amizade que em todas as ocasiões nos testemunha me levão a anunciar-lhe que meu querido filho Pedro estando resolvido, com nosso consentimento, a casar-se com a Condessa Elisabeth Dobrzensky filha solteira do Conde Dobrzensky de excellente familia austriaca, mas não de estirpe regia, por este motivo renunciou por si e sua descendencia a seus direitos ao throno do Brasil, recahindo estes portanto, depois de mim, no meu querido filho Luiz.

“Cria-me sua tia mto. affeioada,”

As palavras “por si e sua descendencia” estão acrescentadas, ao texto da Princesa, com a letra de seu marido, o Conde d’Eu, que também anotou, no alto, a lápis, os seguintes dizeres: “Carta escripta ao Rei de Portugal pela Senhora Dona Isabel”. O acréscimo terá sido sugerido, para maior clareza do alcance futuro da renúncia, pelo Conde d’Eu a sua esposa, e terá sido incorporado ao texto da carta definitiva. A anotação a lápis terá sido aposta por ele, que era muito organizado e metódico, para que, nos arquivos familiares, ficasse sempre bem claro quem era o destinatário do documento.

Passo à transcrição da segunda carta, no francês original, seguida da respectiva tradução:

“Très-Saint Père

“Permettez à vos tout dévoués enfants de venir faire part à Votre Sainteté de leur bonheur pour les fiançailles de leur second fils Louis avec la Princesse Pia de Bourbon fille du Comte et de la Comtesse de Caserta. En même temps nous implorons pour eux une bénédiction toute spéciale à l’occasion de leur mariage

qui doit avoir lieu dans la seconde quinzaine d’Octobre. Pia est une garantie de bonheur. Elle réunit toutes les qualités que je désirerais à ma belle-fille. En plus elle porte, Très-Saint Père, un nom de baptême qui m’est cher entre tous.

“Nous prions Votre Sainteté de continuer à croire toujours à tout notre entier, et permettez-nous d’ajouter à tout notre respec-

tueusement affectionné dévouement, dévouement et affection d’enfants qui se prosternent aux pieds de Votre Sainteté.

“Château d’Eu, 15 Sept. 1908”

Tradução:

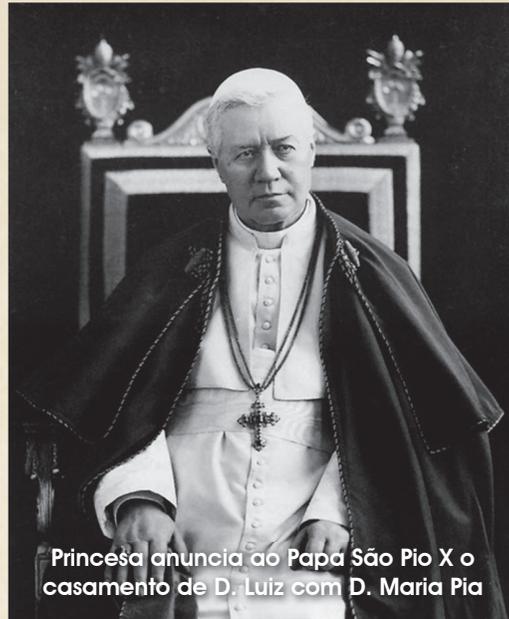
“Santíssimo Padre

“Permiti a vossos devotadíssimos filhos que venham participar a Vossa Santidade sua felicidade pelo noivado de seu segundo filho Luiz com a Princesa Pia de Bourbon filha do Conde e da Condessa de Caserta. Ao mesmo tempo imploramos para eles uma bênção muito especial por ocasião de seu casamento, que deve ter lugar na segunda quinzena de outubro. Pia é um penhor de felicidade. Ela reúne todas as qualidades que eu desejaria para minha nora. Ela porta ademais, Santíssimo Padre, um nome de batismo que me é entre todos caro.

“Pedimos a Vossa Santidade que continue a crer sempre em nosso inteiro – e permiti-nos acrescentar – em todo o nosso respeitosa e afetuoso devotamento, devotamento e afeto de filhos que se prosternam aos pés de Vossa Santidade.

“Castelo d’Eu, 15 de setembro de 1908.”

No momento estão sendo dados os primeiros passos para a abertura oficial, na Arquidiocese do Rio de Janeiro, do processo de beatificação da Princesa Isabel. Se esse processo for adiante, será indispensável a coleta e catalogação, para exame pelas autoridades do Vaticano, de toda a correspondência privada da Princesa. À guisa de modesta contribuição, aqui ficam estas duas cartas.



Princesa anuncia ao Papa São Pio X o casamento de D. Luiz com D. Maria Pia



Conde D'Eu sobre a renúncia do filho: "por si e sua descendencia"



D. Luiz e a Princesa Maria Pia de Bourbon-Sicílias

Na Monarquia, competência, na República, improvisação

Herdeiros do Porvir tem o gosto de publicar, com ligeiras adaptações de linguagem, alguns trechos de *“Claro dilema: Monarquia ou República?”* (Lisboa, Edições Gama, 1944, pp. 132-135), obra que se tornou clássica no pensamento monárquico português. Foi a primeira das muitas que publicou o notável médico, historiador e cientista político Dr. Mário Saraiva (1910-1998).

Na superficialidade das ideias dominantes em que se arrasta a mentalidade contemporânea, é comum ouvir-se por aí dizer que a superioridade do regime republicano está em poder escolher-se o chefe mais competente, ao contrário da Monarquia, em que se é obrigado a aceitar um chefe determinado, pela fraca e inconcebível razão de ter nascido num berço real. Nesta ordem de ideias seria a República a forma de governo sempre competente e a Monarquia aquela em que, relegada para os acasos de um nascimento, a competência governativa não se verificaria senão com as mesmas probabilidades em que se ganha nos jogos de azar.

Ora, nós nos propomos demonstrar precisamente o contrário. E não há de parecer difícil a tarefa a quem reparar no papel que representa a incompetência na eleição de um presidente. Tem o eleitorado conhecimento suficiente da sua personalidade e da importância dos problemas, quer nacionais, quer internacionais, que o eleito é chamado a resolver? Tem o eleitorado cultura bastante para avaliar as superiores qualidades de carácter, de inteligência e de saber que o bem comum exige a quem vá dirigir os destinos nacionais? Possui o eleitorado o senso e a capacidade necessários para distinguir o aventureiro audaz e insinuante do homem de valor que, indiferente a exibicionismos, estuda e trabalha no isolamento do seu gabinete? Tem, numa palavra, o eleitorado competência para eleger o supremo Chefe? Evidentemente que não!

Quando o mais alto poder nasce de tal jogo de incompetências, quando a sua origem é a própria incompetência, como poderemos esperar que ele seja competente? Só o será por um mero acaso, mas não é em meros acasos que se pode fundar a ciência política.

Estar apto a desempenhar uma missão pressupõe uma preparação especial. A competência, em qualquer ramo de atividade, adquire-se mediante educação apropriada, estudo especializado e prática. Estas condições indispensáveis de



Carreira militar exige muita dedicação



Longo preparo antes de pilotar



Experiência é elementar ao cirurgião



**Nas repúblicas, entretanto,
basta apenas ler e escrever para
se dirigir a Nação**

competência faltam, como é evidente, a um Presidente eleito. Pode, é verdade, um espírito privilegiado suprir em grande parte essa falta, mas a hipótese é extremamente excepcional. Na vida de uma República a

regra consiste em colocar-se na presidência um indivíduo que pode ter tudo menos a preparação necessária e indispensável para o desempenho desse lugar e em apeá-lo quando, pela prática adquirida nas suas funções, poderiam despontar nele os primeiros indícios de competência.

Numa República, o mais alto cargo é colocado nas mãos de quem não possui preparação alguma para o desempenhar. Em outras palavras, confia-se descuidadamente nos favores do acaso entregando o governo a qualquer improvisado governante, que por acaso venceu numas eleições.

Não se permite que advogue a quem não possui o curso de uma Faculdade de Direito; que clique a quem não for graduado em Medicina; não se dão os galões de oficial a quem não tiver passado pela Academia Militar. Para o exercício de qualquer profissão, cada vez se exige mais um diploma comprovativo das indispensáveis habilitações, garantindo desta forma a competência na atividade a que cada um se dedica. Por que estranha razão é que só para o lugar mais importante do qual todos os outros dependem, para o dirigente dos complexos negócios do Estado, para o supremo comando de uma Nação, que tanto pode levar à ruína como ao esplendor de um povo, não se exige mais do que saber ler e escrever?

Não é por acaso que se denomina “ofício de reinar” a ocupação de um Rei. Ofício quer dizer aprendizagem e prática de uma profissão. Ofício subentende e implica competência. Ora, um Rei recebe, enquanto Príncipe, uma educação especializada tendente a fazer dele um futuro governante. A necessária prática, ele a vai adquirindo paralelamente, no íntimo convívio com seu pai, que se torna o seu melhor professor. Ele não esquece a lição dos fatos, porque estes fazem parte das apreensões, das alegrias e das tristezas da sua vida de família. Quando um dia chega a hora de reinar, ele sobe confiadamente os degraus do trono, porque para isso estudou uma vida inteira e a coroa que o cinge não o distingue mais do que a competência de que é possuidor para cumprir a missão que o destino lhe marcou.

O Rei é um técnico, um “especialista” na arte e ciência de governar. Um Presidente é um improvisado, um “amador”.

200 anos do casamento que mudou a História do Brasil

MATHEUS GUIMARÃES E ARTHUR LAGE

O 13 de maio é muito lembrado pelos brasileiros, pois neste dia, em 1888, a Princesa Isabel, enfrentando escravocratas e a classe política de então, libertou os escravos com a assinatura da Lei Áurea, vindo por isso a ser denominada carinhosamente de “A Redentora”. Embora pouco recordado, também num 13 de maio, há exatos 200 anos – 13 de maio de 1817 – casavam-se, por procuração, o Príncipe Real de Portugal, Brasil e Algarves, D. Pedro de Alcântara de Bragança, e a Arquiduquesa Leopoldina da Áustria, da Casa de Habsburgo.

O noivo era filho do Rei D. João VI, soberano do recém-criado Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, que já despontava como uma futura grande potência, e da Rainha D. Carlota Joaquina. A noiva, filha do Imperador Francisco I, da Áustria, último soberano do Sacro Império Romano-Germânico, chefe da mais importante dinastia da Cristandade, e da Imperatriz Maria Teresa.

A cerimônia de casamento foi celebrada na Igreja de Santo Agostinho, localizada em Viena, próxima ao Palácio Imperial de Hofburg, de onde, desde o século XIII, os Imperadores administravam os vastos domínios dos Habsburgo. Na ocasião, o noivo foi representado pelo Arquiduque Carlos da Áustria, tio da noiva, que comandara as tropas do Exército Imperial na guerra contra Napoleão Bonaparte. A data escolhida marcava o 50.º aniversário do Rei D. João VI.

A nova Princesa Real só chegaria ao Rio de Janeiro, sede do Império Português desde 1808, no dia 5 de novembro, sendo recebida com grandes festejos não só por seu marido e pela Família Real, mas por toda a população carioca – que, traduzindo os sentimentos de todos os brasileiros e portugueses – dava as boas-vindas à nobre dama que vinha unir seu destino ao de seu novo lar e de seu povo.

Não demorou para que a Princesa Real se apaixonasse pelo Brasil e pelos brasileiros, sentimento que compartilhava com seu marido, nascido em solo português, mas acolhido pelo Brasil e criado como brasileiro desde a infância. Com o retorno do Rei e da Rainha para Portugal, em 1821, o jovem casal permaneceu aqui, com o Príncipe Real nomeado Regente do Reino do Brasil.

Abraçando por completo a nacionalidade brasileira, o Príncipe e a Princesa Reais logo se puseram à frente do movimento independentista, pois reconheciam que o Brasil, como o filho que atinge a maioridade e deixa a casa paterna, deveria se separar da Pátria-Mãe lusa, mas conservando a tradição monárquica luso-brasileira e permanecendo uno no território, na cultura, na língua e na fé.

Sendo assim, a 2 de setembro de 1822, a Princesa Real, Regente interina na ausência de seu marido, assinou o decreto de Independência do Brasil, no Rio de Janeiro. Cinco dias depois, a 7 de setembro, em São Paulo, o Príncipe Real deu seu imortal Grito do Ipiranga. O Brasil estava independente. Éramos uma Nação. Uma Nação que, no dia 12 de outubro, aclamou aquele jovem Casal como seu Imperador e sua Imperatriz, coroando seu novo soberano a 1.º de dezembro.

Como não poderia deixar de ser, a Bandeira do Brasil reúne o verde dos Bragança e o amarelo dos Habsburgo, demonstrando perpetuamente que nossa Independência foi um trabalho conjunto de todos os heróicos brasileiros de 1822, sob a alta liderança de seus Fundadores, D. Pedro e D. Leopoldina.

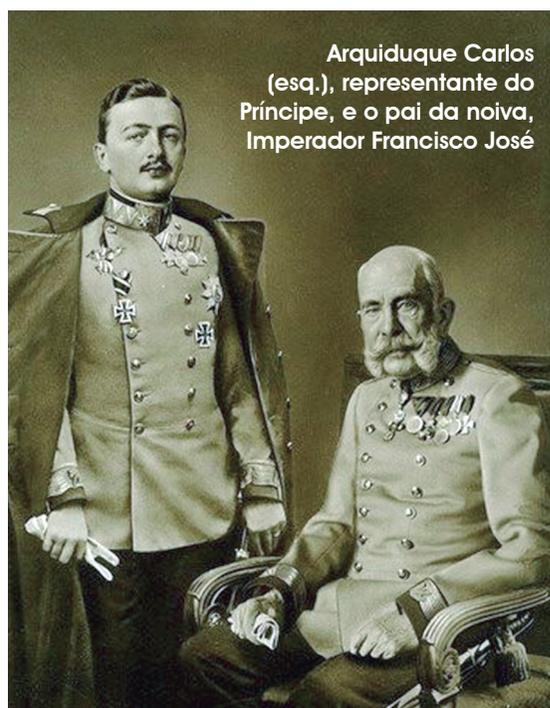
Desse insigne casal nasceu o ramo brasileiro da dinastia bragantina, a Família Imperial do Brasil, que há quase 200 anos, a exemplo de seus ancestrais, vem se dedicando incansavelmente a servir à Pátria e ao povo, na Monarquia, no Exílio ou na República.



Casamento Imperial: D. Pedro e D. Leopoldina



Igreja de Santa Agostinho, em Viena, palco do casamento de D. Pedro e D. Leopoldina



Arquiduque Carlos (esq.), representante do Príncipe, e o pai da noiva, Imperador Francisco José

COISAS DA REPÚBLICA

NUMERO AVULSO 40 RS.

Impressão e layout nas oficinas gráficas de Curitiba, na tipografia de elite de Fátima, de propriedade de Jorge S. Mendes

NUMERO AVULSO 40 RS.

Tipagem 24.000 exemplares

DESDE 15 DE NOVEMBRO DE 1889

Estrutura tributária brasileira

Esta não é uma obra do acaso nem um acidente da natureza. Foi feita assim mesmo por políticos republicanos ao longo dos anos. Lá dentro é tudo o contrário: quando se sobe, desce, e quando se desce, sobe. Entram por suas portas e janelas trilhões, bilhões de impostos e imediatamente somem. Desconfia-se que em seu porão, localizado no sótão, bem como no sótão, localizado no porão, existam fantasmas em quantidade trabalhando para o dinheiro desaparecer. É tanto mistério que até chamam-na de mal-assombrada. Políticos inescrupulosos acham que a solução do problema seria aumentar a casa transformando-a num triplex. A população, exaurida, se opõe e pergunta se não seria melhor colocar a casa de pé. Mas isso é demais para nossos pouco nobres homens públicos!



Fundos sem fundos

O déficit gerado pela má administração dos fundos de pensão de várias estatais supera os R\$ 70 bi. É dinheiro que não acaba mais. Causas para explicar a situação não faltam: fraudes, má gestão, recessão econômica e inflação, entre outras, mais ou menos os mesmos ingredientes que levaram o caixa da república à bancarrota. Mas não é só: esta mesma república obrigou os fundos de pensão a aplicar dinheiro em empresas como Sete Brasil e Oi, hoje à beira da falência. Ou seja, os governos Lula e Dilma não se contentaram em arruinar as finanças públicas, mas meteram a mão também no dinheiro de trabalhadores que há anos contribuem para ter um futuro melhor. Pior: mesmo aposentados terão que contribuir para reparar o rombo.

O petróleo é boliviano

Está comprovado que somos assaltados toda vez que abastecemos nossos carros. Além da péssima qualidade dos combustíveis, pagamos mais de 120% do que é cobrado na exportação. Caminhões da Bolívia, por exemplo, percorrem mais de 3.000 km para levar nossa gasolina pura por apenas R\$ 1,59 o litro, enquanto pagamos em média R\$ 3,50. E tem mais: aqui são acrescentados 27% de álcool, de menor preço, tornando-a ainda mais lucrativa. Numa conta rápida, colocando no carro 50 litros, damos à Petrobrás R\$ 79,50 e ao fisco R\$ 95,50. É um negócio tão lucrativo que, não fosse a roubalheira institucionalizada, poderíamos até ser dispensados do pagamento das dezenas de outros impostos.

Coisas da Monarquia

“Mãe a gente não escolhe, é um dom de Deus. Por isso a mãe é rainha, e não presidenta”.

(Redes sociais)

Tudo errado

A república brasileira conseguiu mesmo virar o país de cabeça para baixo. Veja-se o que acontece com a Justiça do Trabalho que, como disse o ministro Gilmar Mendes, tem má vontade com as empresas e é um tribunal “formado por pessoas que poderiam integrar até um tribunal na antiga União Soviética”. No ano de 2015 seus milhares de juizes, funcionários, instalações, mordomias, etc. consumiram dos cofres públicos R\$ 17 bilhões, enquanto geraram de indenizações para os trabalhadores R\$ 8 bilhões. Ou seja, se a Justiça do Trabalho fosse fechada e o governo assumisse o valor das indenizações, o país ainda economizaria R\$ 9 bilhões nos gastos estatais. Dá para acreditar? Estamos diante de uma distorção gravíssima, provocada mais uma vez pela ideologia de luta de classes. Isso sem contar os custos tributários e burocráticos e os riscos para os que empreendem que têm sobre sua cabeça uma espada de Dâmoques a ameaçar seu patrimônio. É o conhecido “custo Brasil” que encarece tudo que é aqui produzido. Como vemos, a União Soviética sobrevive aqui.

